

STJ00068673 - V. 1

Arruda Alvim



MANUAL DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Volume 1

Parte Geral

11.^a edição revista, ampliada e atualizada
com a Reforma Processual – 2006/2007

EDITORA 
REVISTA DOS TRIBUNAIS

SUMÁRIO

PREFÁCIO À 11. ^a EDIÇÃO	9
PREFÁCIO À 10. ^a EDIÇÃO	11
PREFÁCIO À 9. ^a EDIÇÃO	13
PREFÁCIO À 8. ^a EDIÇÃO	15

Vol. 1

I – DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. Denominação e âmbito	25
2. O processo contencioso e o de jurisdição voluntária	28
3. Definição de Direito Processual Civil	29
4. Princípios informativos e fundamentais do processo civil	29
5. Evolução histórica do Direito Processual Civil	48
6. Processo civil romano	49
7. Período das <i>legis actiones</i>	49
8. Período do processo formulário	50
9. Período da <i>extraordinaria cognitio</i>	51
10. Processo romano-barbárico	52
11. O processo comum na Itália	53
12. Período dos glosadores	53
13. Período dos pós-glosadores	53
14. Período da jurisprudência culta	54
15. O processo comum na Alemanha	54
16. História do processo na Península Ibérica e respectivas implicações no Direito brasileiro – O <i>Forum Juditium (Fuero Juzgo)</i>	55
17. As Ordenações – Especialmente as Filipinas	56
18. O Brasil e sua legislação depois da Independência	57
19. O Regulamento 737	57
20. A República e o processo civil – Os Códigos de Processo Civil Estaduais	57
21. A reunificação do processo civil	58
21-A. As tendências atuais do processo civil. A socialização do processo civil. A fase propriamente contemporânea do processo civil brasileiro	66

II – REVISÃO DOGMÁTICA DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL – SUA CORRESPONDÊNCIA À EVOLUÇÃO DO SISTEMA JURÍDICO

22.	A reelaboração do Direito no século XIX.....	97
23.	Autonomia do direito da ação	99
24.	Moderna classificação das ações	99
25.	O processo concebido como contrato ou quase contrato	103
26.	O processo como instrumento predominantemente técnico	104
27.	As relações entre o Direito Processual Civil e os demais ramos do Direito ...	105
28.	O processo civil e o Direito Penal	105
29.	O processo civil e o Direito Constitucional.....	106
30.	O processo civil, o Direito Administrativo e o Direito Tributário.....	112
31.	O processo civil e o Direito Civil	113
32.	O processo civil e o Direito Comercial.....	115
33.	O processo civil e o Direito Processual do Trabalho	117

III – AS NORMAS PROCESSUAIS CIVIS

34.	Norma jurídica.....	119
35.	Normas cogentes e dispositivas	123
36.	Norma processual e norma substancial – Natureza da norma processual civil ...	124
37.	Classificação das normas processuais civis	126
38.	As fontes da norma processual civil.....	136
39.	Competência para legislar sobre Direito Processual Civil	137
40.	Normas processuais na Constituição Federal.....	138
41.	Outras normas constitucionais que versam sobre matéria processual	144
42.	Fontes subsidiárias da norma processual civil.....	146
43.	Analogia	149
44.	Costume	150
45.	Os princípios gerais do Direito.....	152
46.	A jurisprudência e o processo civil	153
47.	Da interpretação das leis em geral.....	159
48.	Interpretação da lei processual civil.....	162
48-A.	Evolução da hermenêutica e o processo civil	167

IV – DA JURISDIÇÃO – O ESTADO DE DIREITO E A FUNÇÃO JURISDICIONAL

49.	O Estado de Direito.....	173
-----	--------------------------	-----

50.	Sistema de jurisdição	177
51.	Natureza da função jurisdicional e suas características	177
52.	Os princípios fundamentais da jurisdição	180
53.	A independência do Judiciário (da Justiça)	184
54.	O direito de ação e a amplitude da função jurisdicional em nosso Direito	189
55.	Inconstitucionalidade de lei – Inconstitucionalidade incidental.....	190
55-A.	Controle concentrado da constitucionalidade.....	205
56.	O controle dos atos administrativos pelo Poder Judiciário	206
56-A.	A reforma do Poder Judiciário	210
56-B.	A repercussão geral.....	215
56-C.	A súmula vinculante	225
56-D.	A função jurisdicional no controle da constitucionalidade (<i>especialmente</i> do STF) e o princípio da proporcionalidade	233

V – FUNÇÕES E ÓRGÃOS DO PODER JUDICIÁRIO – ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

57.	A jurisdição voluntária	243
58.	Funções do Poder Judiciário e funções judiciárias	248
59.	Órgãos não judiciários com funções jurisdicionais	249
60.	Órgãos judiciários	250
61.	Regimento dos tribunais	254
62.	Organização judiciária	256
63.	Normas disciplinadoras da organização judiciária.....	257
64.	Possibilidade de conflito entre as normas de organização judiciária e a lei do processo	258
65.	Competência funcional nas fases do procedimento e os limites da organização judiciária no primeiro grau de jurisdição	259
66.	Competência interna dos tribunais.....	261
67.	Os limites das normas de organização judiciária, particularmente no segundo grau de jurisdição	261
68.	Auxiliares da Justiça	261
69.	Normas sobre organização judiciária no Estado de São Paulo que interessam ao processo civil.....	267

VI – DA COMPETÊNCIA

70.	Jurisdição e competência	273
71.	Definição de competência	282
72.	A competência no quadro dos pressupostos processuais.....	284

73.	Distinção entre incompetência e impedimento.....	289
74.	A divisão tripartida da competência.....	290
75.	Competência objetiva.....	290
76.	Competência territorial.....	292
77.	Competência funcional.....	293
77-A.	A competência jurisdicional em se tratando de mandado de segurança.....	294
78.	Competência funcional recursal.....	297
79.	Competência funcional nas fases do procedimento.....	297
80.	Competência internacional e interna.....	297
81.	Competência exterior e interior.....	298
82.	Foro competente.....	299
83.	Foro geral.....	299
84.	Foros especiais.....	304
85.	O artigo 95.....	304
86.	O artigo 96.....	309
87.	O artigo 97.....	311
88.	O artigo 98.....	312
89.	O artigo 99.....	312
90.	O artigo 100.....	313
91.	O artigo 101.....	321
92.	Foro de eleição.....	321
93.	Foro e juízo.....	328
94.	Incompetência relativa.....	330
95.	Incompetência absoluta.....	336
95-A.	A competência no sistema das leis extravagantes.....	339

VII – A COMPETÊNCIA NA COMARCA DE SÃO PAULO

96.	Competência do foro central e dos foros regionais.....	346
97.	Competência afeta aos foros regionais.....	351
98.	Competência das varas dos Registros Públicos.....	354
99.	Competência das varas da Fazenda Pública na Capital do Estado.....	356

VIII – A JUSTIÇA FEDERAL

100.	Introdução.....	357
101.	A Justiça Federal e a Constituição.....	358
102.	A Justiça Federal e a sua lei.....	368

103.	A competência da Justiça Federal é absoluta	369
104.	Hipóteses de intervenção federal na causa e a competência da Justiça Federal..	369
105.	As sociedades de economia mista (com participação da União) não se submetem à Justiça Federal	371
105-A.	Os Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal.....	371

IX – PREVENÇÃO – *PERPETUATIO IURISDICTIONIS* – CONEXÃO E CONTINÊNCIA

106.	Prevenção.....	373
107.	Conexão de causas.....	379
108.	Continência de causas	385
108-A.	Ajuizamento da mesma ação.....	387
109.	<i>Perpetuatio iurisdictionis</i>	389

X – CONFLITO DE COMPETÊNCIA

110.	Introdução	394
111.	O tratamento dado à matéria pelo nosso Código e entre tribunais estaduais ...	394
112.	Procedimento do conflito de competência	396

XI – TEORIA DA AÇÃO

113.	Os conflitos de interesse e as respectivas soluções.....	399
114.	Noção de direito objetivo e de direito subjetivo.....	400
115.	Considerações sobre a ação e o direito subjetivo no prisma judicial	402
116.	Nossa posição acerca do direito subjetivo.....	404
117.	Teoria civilista a respeito da ação	406
118.	Posição de Adolf Wach	407
119.	Posição de Chiovenda	408
120.	Observações críticas à teoria civilista, à do direito concreto, à da tutela jurídica e à da ação como direito potestativo.....	410

XII – A AÇÃO EM NOSSO DIREITO PROCESSUAL CIVIL

121.	Definição de ação	415
122.	As condições da ação em nosso Direito positivo	416
122-A.	O interesse de agir a partir do Direito Privado e no âmbito do Direito Público	424

123.	Particularmente a ação declaratória e seus problemas práticos – Declaratória, violação do direito e título executivo	426
124.	Declaratória e mero fato	427
125.	Ação declaratória e reconvenção	428
126.	Declaratória e cumulação de ações	429
127.	Declaratória, cláusula contratual e outras hipóteses	429
128.	Declaratória e falsidade de documento	431
129.	A ação declaratória incidental.....	432
130.	O papel do “fato” na teoria da ação.....	435
131.	O conceito de mérito	438
132.	O mérito e as condições da ação.....	438
133.	Cumulação de pretensões	441
134.	Concorrência de ações.....	447
135.	Objeto litigioso ou lide.....	450
136.	Elementos da ação.....	452
137.	As partes e sua identificação	452
138.	O objeto.....	453
139.	Fundamento legal	455
140.	Fundamentação jurídica e <i>causa petendi</i>	456
141.	A <i>causa petendi</i> nas ações pessoais e nas ações reais	456

XIII – ATO PROCESSUAL

142.	Atos jurídicos e atos processuais	459
143.	Classificação dos atos processuais	461
144.	Forma dos atos processuais	468
145.	As nulidades dos atos processuais	469

XIV – O TEMPO NO PROCESSO

146.	Prazos e preclusão	479
147.	Os princípios informativos do processo e os prazos	480
148.	Os princípios da utilidade, continuidade, peremptoriedade e preclusão	481
149.	Dos prazos e sua classificação	488
150.	Da contagem dos prazos.....	491
151.	Os prazos mais importantes	494
152.	Da preclusão	495

XV – PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS

153.	A relação jurídica processual.....	502
154.	Pressupostos processuais da existência da relação jurídica processual	504
155.	Requisitos da validade da relação jurídica processual	509
156.	Pressupostos processuais negativos.....	513

XVI – DO MINISTÉRIO PÚBLICO

157.	A atual função do Ministério Público	515
158.	Os princípios estruturais do Ministério Público	516
159.	Os princípios estruturais e os da atuação do Ministério Público.....	517
160.	Princípios que presidem a direção e disciplina do Ministério Público	517
161.	O Ministério Público e o nosso Direito Constitucional	519
162.	O Ministério Público e sua posição político-jurídica	521
163.	Da atuação do Ministério Público	522

XVII – DO ADVOGADO

164.	Capacidade postulatória	534
165.	A função do advogado.....	541
166.	Deveres do advogado em face do Código de Processo Civil	545
167.	Direitos do advogado em face do Código de Processo Civil.....	547

ÍNDICE LEGISLATIVO.....	555
-------------------------	-----

ÍNDICE ONOMÁSTICO	578
-------------------------	-----

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO.....	582
----------------------------------	-----

STJ00068675 - V. 2

Arruda Alvim



MANUAL DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Volume 2

Processo de Conhecimento

11.^a edição revista, ampliada e atualizada
com a Reforma Processual – 2006/2007

EDITORA 
REVISTA DOS TRIBUNAIS

SUMÁRIO

PREFÁCIO À 11. ^a EDIÇÃO	7
PREFÁCIO À 10. ^a EDIÇÃO	9
PREFÁCIO À 9. ^a EDIÇÃO	11
PREFÁCIO À 8. ^a EDIÇÃO	13

Vol. 2

I – DOS SUJEITOS DO PROCESSO

1. Introdução	29
2. Do juiz	29
3. Conceitos de parte e de capacidade processual	32
4. Análise do conceito de parte	34
5. As regras do Direito Civil no tema da capacidade e o Direito Processual Civil	34
6. Conceitos de parte, parte legítima e parte vencedora	36
7. Capacidade processual e capacidade de ser parte	38
8. Princípios regentes do tema das partes	40
9. Representação dos incapazes. Necessidade de integração da capacidade processual	41
10. Regime jurídico dos incapazes no Direito Processual Civil	43
11. O incapaz sem representante legal	44
12. A colisão de interesses do incapaz e do representante (art. 9.º, I)	45
13. A figura do curador especial	48
14. A capacidade processual do marido e da mulher	56
15. Forma de ser sanado o vício de incapacidade	60

II – REPRESENTAÇÃO EM JUÍZO DAS PESSOAS JURÍDICAS

16. Noções gerais	65
17. A representação da União	67

18.	A representação dos Estados-federados.....	70
19.	A representação dos Municípios.....	71
20.	A representação do Distrito Federal	71
21.	A representação dos Territórios	71
21-A.	A representação das autarquias e demais entidades de caráter público criadas por lei.....	72
22.	A representação das pessoas jurídicas de Direito Privado.....	72
23.	A representação das paróquias da Igreja Católica.....	75

III – REPRESENTAÇÃO DOS ENTES DESPERSONALIZADOS

24.	Introdução	77
25.	A representação da massa falida.....	77
26.	A representação das heranças jacente e vacante.....	78
27.	A representação do espólio	79
28.	A representação dos condomínios e outras modalidades	80

IV – DO LITISCONSÓRCIO

29.	Conceito de litisconsórcio	83
30.	Classificação do litisconsórcio quanto ao momento de sua formação	84
31.	Classificação do litisconsórcio quanto à obrigatoriedade ou não de sua formação (arts. 46 e 47). Litisconsórcio multitudinário (art. 46, parágrafo único).....	84
32.	Classificação do litisconsórcio quanto à sorte no plano do Direito Material ..	86
33.	Classificação do litisconsórcio quanto à posição, subjetiva ativa ou passiva, dos litisconsortes no processo	88
34.	Litisconsórcio facultativo (noções gerais)	88
35.	Litisconsórcio facultativo baseado na comunhão de direitos ou de obrigações, tendo em vista a lide (art. 46, I).....	90
36.	Litisconsórcio facultativo baseado na identidade de fundamentos de fato (art. 46, II)	91
37.	Litisconsórcio facultativo baseado na identidade de fundamentos de direito (art. 46, II).....	92
38.	Litisconsórcio facultativo baseado na conexão de causas (arts. 46, III e 103) ..	92
39.	Litisconsórcio facultativo baseado na afinidade de questões (art. 46, IV)	93
40.	Litisconsórcio necessário (noções gerais) (art. 47).....	96

41.	Litisconsórcio unitário (noções gerais) (art. 47)	100
41-A.	A posição do sócio em demanda contra a sociedade e a figura do litisconsórcio	102
42.	Regime jurídico fundamental e especial do litisconsórcio	112
42-A.	A figura do litisconsórcio no procedimento sumário e fora do sistema do CPC	117

V – DA ASSISTÊNCIA

43.	Noções gerais acerca do instituto da assistência	122
44.	Influência do processo na esfera jurídica do assistente simples e do assistente litisconsorcial	125
45.	Aspectos comuns entre a assistência simples e a assistência litisconsorcial....	128
46.	A posição do assistente no processo	132
47.	A sentença, o assistente simples e o assistente litisconsorcial	133
48.	A atividade do assistente	135
49.	Limites à atividade do assistente.....	136
50.	Os processos que ensejam a intervenção do assistente.....	138
51.	O incidente de admissibilidade do assistente	139
51-A.	A assistência no procedimento sumário fora do sistema do CPC	140

VI – DA OPOSIÇÃO

52.	Colocação no instituto	143
53.	Pressupostos de admissibilidade da oposição. Implicações da oposição admitida	144
54.	Processos que admitem e não admitem oposição	145
55.	Os momentos de oferecimento da oposição e as repercussões no procedimento.....	147
56.	O processamento da oposição.....	148
57.	A posição dos opostos em relação ao opoente	149
58.	A autonomia dos opostos	149
59.	Os pressupostos processuais e as condições da ação na oposição.....	150
60.	O indeferimento do pedido de oposição	150
61.	A sentença da oposição.....	150

VII – DA NOMEAÇÃO À AUTORIA

62.	Noções necessárias à compreensão do instituto.....	153
63.	Definição	153
64.	Legitimação para a nomeação e procedimento	156
65.	A aceitação ou a recusa do nomeado pelo autor.....	158
66.	A aceitação ou a recusa do nomeado	158
67.	A responsabilidade por perdas e danos.....	159

VIII – DA DENUNCIÇÃO DA LIDE

68.	Noções gerais	161
69.	A hipótese do art. 70, I	166
70.	A hipótese do art. 70, II.....	168
71.	A hipótese do art. 70, III.....	171
72.	O ingresso do denunciado	178
73.	A posição do litisdenunciado.....	180
74.	O comparecimento ou não do denunciado pelo autor	183
75.	O comparecimento ou não do denunciado pelo réu	184
76.	As conseqüências da denúncia.....	188
77.	A denúncia da lide no procedimento sumário, na execução e na cautelar	189

IX – DO CHAMAMENTO
AO PROCESSO

78.	Finalidade do chamamento ao processo	195
79.	As hipóteses de chamamento ao processo (art. 77, I).....	196
80.	Art. 77, II	198
81.	Art. 77, III.....	198
82.	Procedimento para o chamamento	199
83.	Efeitos do chamamento	200
84.	Hipóteses de não admissibilidade do chamamento.....	201

X – DA PETIÇÃO INICIAL

85.	Ajuizamento, distribuição e registro da petição inicial	208
86.	Forma da ação, da contestação, da reconvenção e da oposição	213

87.	Petição inicial e libelo	216
88.	Conteúdo lógico-jurídico da petição inicial	223
89.	A forma da petição inicial em nosso Direito	224
90.	O conteúdo da petição inicial. Declaração de vontade e declaração de ciência nela contidas	224
91.	Funções preparatórias e definitivas da petição inicial	224
92.	Do pedido	225
93.	Deferimento e indeferimento da petição inicial	229

XI – DAS COMUNICAÇÕES DOS ATOS PROCESSUAIS

94.	Considerações introdutórias.....	242
95.	Da citação	244
96.	Conceito de citação. Peculiaridades	250
97.	Dos efeitos da citação	253
97-A.	A interrupção da prescrição e o art. 202 do CC	255
98.	A falta de citação	267
99.	A nulidade da citação	269
100.	O comparecimento do interessado	270
101.	Destruição dos efeitos da citação	270
102.	Distinção entre propositura da ação e prazo para apresentação da defesa	271
103.	A citação é ato judicial	271
104.	Como se realiza a citação	271
105.	Das intimações.....	273
105-A.	A transmissão de dados nos atos processuais (Lei 9.800/99). Admissibilidade do uso do <i>fac-simile</i>	282
105-B.	Do processo eletrônico	284

XII – DA RESPOSTA DO RÉU

106.	Introdução	297
107.	Analogia existente entre o direito de ação e o direito de defesa	300
108.	Função processual da contestação	301
109.	Contestação e conceito de questão de fato ou de direito	302
110.	Contestação e seu conteúdo processual.....	303
111.	Considerações introdutórias acerca das exceções	307

112.	As exceções, as preliminares e o princípio da eventualidade	308
113.	A exceção de incompetência.....	309
114.	A exceção de suspeição	311
115.	A exceção de impedimento.....	312
116.	A distinção entre suspeição e impedimento	312
117.	O procedimento da exceção de incompetência	313
118.	O procedimento da exceção de suspeição e impedimento	315
119.	O problema da não alegação no prazo.....	316
120.	Da reconvenção.....	317
121.	Procedimento da reconvenção.....	319
122.	A autonomia da reconvenção.....	321
123.	A reconvenção e o procedimento sumário.....	323
124.	A ação declaratória incidental, como espécie da resposta do réu.....	324

XIII – DA REVELIA

125.	Introdução	330
126.	A revelia no sistema do Código de Processo Civil e seus aspectos capitais	331
127.	Revelia e litisconsórcio	337
128.	Revelia e assistência.....	337
129.	Revelia e reconvenção.....	337
130.	Revelia e julgamento antecipado da lide	338
131.	A revelia e os procedimentos especiais	339
132.	A revelia nos processos cautelar e execução de título extrajudicial	342
133.	Revelia e incompetência	343
134.	Revelia e a citação ficta	343

XIV – DA MODIFICAÇÃO DO LIBELO

135.	Introdução	346
136.	A modificação do libelo e suas implicações no problema de identificação das ações	346
137.	Os arts. 264 e 294 do CPC. Distinção	347
138.	Tipo de prestação jurisdicional e modificação da demanda	348
139.	Mudança dos fatos e mudança do direito	348
140.	Alteração do pedido e concordância do réu. Momento preclusivo.....	349

141.	Emenda do libelo	350
------	------------------------	-----

XV – DA SUSPENSÃO DO PROCESSO

142.	Idéias gerais.....	353
143.	A suspensão necessária do processo	353
144.	A suspensão facultativa do processo.....	356
145.	A suspensão do processo e os atos urgentes.....	357

XVI – DA TUTELA ANTECIPADA

146.	Introdução	359
147.	A efetivação da tutela antecipada.....	365
148.	A possibilidade de antecipação de tutela no julgamento antecipado da lide e nas hipóteses de pedido incontroverso	369
149.	A importância da correta avaliação dos requisitos que autorizam a antecipação de tutela dos incisos I e II do art. 273	372
150.	Análise de algumas hipóteses de cabimento ou não da antecipação dos efeitos da tutela	388
151.	Diferenças entre a tutela cautelar e a tutela antecipada.....	392
152.	A fungibilidade das tutelas de urgência.....	396
153.	Linhas gerais “conjugadas” na evolução do direito material e do direito processual, tendo em vista as obrigações de fazer, de não fazer e de entrega de coisa e a efetividade do processo.....	398
154.	As dificuldades no efetivo cumprimento/satisfação das obrigações de fazer, de não fazer e de entrega de coisa.....	402
155.	Traços fundamentais dos arts. 461 e 461-A, com a redação das Leis 8.952, de 13.12.1994, e 10.444, de 07.05.2002.....	403

XVII – DO JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO

156.	Providências preliminares.....	408
157.	Introdução ao julgamento conforme o estado do processo	410
158.	Da extinção do processo sem resolução de mérito	411
159.	O inciso I do art. 267	411
160.	O inciso II do art. 267.....	413
161.	O inciso III do art. 267	414

162.	O inciso IV do art. 267	415
163.	O inciso V do art. 267.....	416
164.	O inciso VI do art. 267	416
165.	O inciso VII do art. 267.....	417
166.	O inciso VIII do art. 267	418
167.	O inciso IX do art. 267	420
168.	O inciso X do art. 267.....	421
169.	O inciso XI do art. 267	421
170.	As conseqüências comuns aos diversos casos de encerramento do processo sem resolução de mérito	421
171.	O conteúdo do saneamento.....	421
172.	O saneamento do processo	424
173.	Julgamento antecipado da lide.....	425
174.	Casuísmo em torno do julgamento conforme o estado do processo.....	427

XVIII – CONCEITO JURÍDICO DA PROVA

175.	Generalidades	433
176.	A prova e o problema da verdade	434
177.	A prova legal e a limitação do juiz	436
178.	Noção do conceito de prova.....	436
179.	Da prova nas hipóteses de julgamento conforme o estado do processo. Da extinção do processo.....	438
180.	Do julgamento antecipado da lide	438
181.	Rápida referência ao Direito Civil	440
182.	O art. 227 do Código Civil em confronto com o art. 401 do CPC.....	440
183.	A validade de documento entre as partes e terceiros. O documento, sua data e dúvida a respeito	441
184.	A prova vista sob o prisma dos efeitos que provoca.....	443
185.	A atividade probatória e a sentença.....	443

XIX – A PROVA E OS PRINCÍPIOS REGENTES DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL

186.	A prova e o princípio dispositivo.....	448
187.	A prova e o princípio da oralidade	450

188.	O subprincípio da identidade física do juiz	450
189.	O subprincípio da concentração dos atos processuais.....	452
190.	O subprincípio da imediatidade	453
191.	O subprincípio da irrecorribilidade em separado (<i>rectius</i> , por apelação) das interlocutórias	453
192.	O debate oral.....	455

XX – CLASSIFICAÇÃO GERAL DAS PROVAS

193.	Classificação das provas.....	457
194.	Classificação das provas tendo em vista o sujeito.....	457
195.	Classificação das provas tendo em vista o objeto	458
196.	Classificação das provas tendo em vista a forma	461

XXI – ÔNUS DA PROVA

197.	Introdução	463
198.	Distinção entre ônus e obrigação	463
199.	O ônus perfeito e o ônus imperfeito.....	464
200.	Correlação do ônus da prova com os princípios dispositivo e inquisitório.....	464
201.	A convenção das partes na distribuição do ônus da prova	466
202.	A sentença, o raciocínio do juiz e a função do ônus da prova	466
203.	Momento do funcionamento do ônus	467
204.	Fundamentos da repartição do ônus da prova	468
205.	O ônus da prova e a revelia.....	468
206.	A confissão e o ônus da prova.....	469
207.	A falsidade de documento e o ônus da prova	469
208.	A alegação de fato modificativo, impeditivo ou extintivo e o ônus da prova ..	470

XXII – MOMENTOS DA PROVA

209.	Introdução	473
210.	Especificamente os momentos da prova	473
211.	Procedimentos probatórios especiais	475
212.	Os momentos da prova no procedimento sumário	475

XXIII – DA PROVA DOCUMENTAL

213.	Noções gerais	478
214.	Definição de documento	479
215.	Os autores intelectual e material do documento.....	479
216.	O conteúdo e a eficácia do documento.....	479
217.	A forma como sendo da substância do documento.....	481
218.	O documento, em regra, é prova preconstituída	483
219.	Classificação dos documentos. Aspectos gerais.....	484
220.	Os documentos e a autenticidade	485
221.	O documento e a extensão subjetiva de sua validade	486
222.	As autoridades que são autoras materiais dos documentos	486
223.	Instrumentos e documentos particulares. Distinção específica.....	487
224.	Documento e sua data	487
225.	Validade, autenticidade e nominalidade do documento. Distinção.....	487
226.	O valor probante dos documentos	488
227.	Da exibição de documento ou coisa. Generalidades.....	491
228.	Espécies da ação de exibição e fundamento jurídico ao direito à exibição	492
229.	Das partes e de sua legitimidade	493
230.	Os limites da ação de exibição de documento ou coisa	493
231.	A recusa fundada de exibição.....	494
232.	Efeitos sobre a parte, tendo em vista a não exibição.....	494
233.	Efeitos sobre terceiros, tendo em vista a não exibição.....	494
234.	Dos recursos.....	495
235.	A produção da prova documental e o procedimento.....	495

XXIV – DA PROVA TESTEMUNHAL

236.	Noções gerais	500
237.	Testemunha e parte. Distinção	501
238.	Testemunha e perito. Distinção.....	501
239.	Do valor da prova testemunhal	501
240.	A técnica de inquirição	502
241.	O sujeito da prova testemunhal.....	503
242.	Conceito de testemunha.....	504
243.	Da obrigação de testemunhar	505

244.	Quem pode ser testemunha.....	506
245.	Obrigações e direitos da testemunha	509
246.	Do pedido e da admissibilidade da prova testemunhal.....	510
247.	Procedimento da prova testemunhal.....	511
248.	Local em que devem ser ouvidas as testemunhas.....	516
249.	A substituição de testemunhas	517

XXV – DO DEPOIMENTO PESSOAL

250.	Noções gerais.....	519
	§ 1.º Interrogatório livre e depoimento pessoal (propriamente dito). Diversidade de regimes jurídicos.....	522
251.	Definição	525
252.	Escusa de depor e aplicação da pena de confesso.....	525
253.	Procedimento do depoimento pessoal	527
	§ 1.º Restrições a certos fatos (art. 347)	528
254.	Depoimento pessoal e confissão	529

XXVI – DA CONFISSÃO

255.	Noções gerais	531
256.	Conceito de confissão.....	532
257.	Elementos da confissão	533
258.	Espécies de confissão.....	536
259.	Efeitos da confissão	536
260.	Divisibilidade e indivisibilidade da confissão	537
261.	Aspectos principais da confissão em nosso direito positivo	537
262.	Revogação da confissão	538

XXVII – DA PROVA PERICIAL

263.	Conceito de perícia.....	540
264.	Do cabimento da prova pericial	540
265.	Momento do pedido da prova pericial	543
266.	O juiz e o resultado da perícia	544
267.	Perícia. Requisitos e realização	545
268.	A perícia e o perito	551
269.	O perito e a sua responsabilidade	553

XXVIII – DA INSPEÇÃO JUDICIAL

270.	Noções gerais	556
271.	A participação de peritos na inspeção	557
272.	A presença das partes na inspeção.....	558
273.	A documentação da inspeção	558

XXIX – INDÍCIOS E PRESUNÇÕES

274.	Diferença entre prova direta e indireta	560
275.	Distinção entre presunção <i>hominis</i> e presunção legal.....	561
276.	Presunção.....	562
277.	Espécies de presunção	562
278.	As presunções legais. Aspecto histórico	564
279.	As presunções do homem	564
280.	Valoração das presunções do homem	565
281.	A presunção do homem e a prova contrária.....	566
282.	A prova <i>prima facie</i>	566
283.	A prova <i>prima facie</i> e o problema do ônus da prova.....	567

XXX – DAS AUDIÊNCIAS:
PRELIMINAR E DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

284.	Introdução	569
285.	Da audiência preliminar	570
286.	Da audiência de instrução e julgamento.....	576
287.	Atos que antecedem a audiência	577
288.	O adiamento da audiência	577
289.	Audiência e o problema do cerceamento de defesa.....	578
290.	Audiência e o comparecimento do Ministério Público	579
291.	Audiência e a identidade física do juiz	579
292.	A audiência de instrução no procedimento sumário.....	581

XXXI – DA SENTENÇA

293.	Generalidades sobre sentença.....	587
294.	A sentença e as oportunidades em que pode ser proferida	591

295.	A fundamentação da sentença e as lacunas da lei.....	593
296.	Natureza jurídica da sentença.....	596
297.	Efeitos da sentença.....	597
298.	Sentenças processuais e de mérito.....	598
299.	Sentenças classificadas por sua eficácia	598
300.	Sentença declaratória	599
301.	Sentença constitutiva	601
302.	Sentença condenatória	603
303.	Sentenças mandamentais e executivas <i>lato sensu</i>	604
304.	Sentenças dispositivas	607
305.	Sentenças complexas	608
306.	A sentença: sua intelecção e seus elementos	609
307.	Relatório	610
308.	Fundamentação.....	611
309.	A essencialidade do conteúdo decisório da sentença	613
310.	A sentença <i>infra</i> ou <i>citra petita</i>	615
311.	A sentença <i>extra petita</i>	617
312.	A sentença <i>ultra petita</i>	619
313.	A sentença e o julgamento em face de pedido genérico	621
314.	A sentença enfocada em face dos mais comuns problemas de direito inter-temporal.....	621
	ÍNDICE LEGISLATIVO.....	633
	ÍNDICE ONOMÁSTICO	657
	ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO.....	665